CURTIÇÃO OU REINVENÇÃO DO BRASIL

ALBERTO GUERREIRO RAMOS

Estou sempre surpreso com o Brasil. Em cada um dos últimos três anos, tenho passado curtas temporadas no Brasil e em todas essas ocasiões me dou conta de quanto é difícil distinguir entre aparência e realidade. De longe e segundo as minhas análises, o Brasil oficial assume o caráter de massa falida. Quase tudo em nosso debate sociológico, econômico e político é um exercício de futilidade. Parece-me evidente que há um descompasso entre o sibaritismo da maioria dos que exercem papéis institucionalizados de liderança no cenário cultural e político e o sentimento de urgência das novas gerações, no tocante à sua iniciação no conhecimento atualizado e realístico do mundo e do país; e, ademais, que as nossas políticas públicas só têm consistência no mundo fictício dos sonâmbulos.

No entanto, embora significativo contingente de nossas categorias médias bem como a massa popular percebam esse estado de coisas e contra ele murmurem, resignam-se a viver sem horizontes, e se comprazem na prática do que hoje, entre nós, se convencionou chamar de curtição. O Brasil se recusa a reconhecer o caráter trágico de sua presente situação, e consegue ser um país onde a curtição comanda a vida cotidiana. É disso ilustrativo o sucesso do deprimente e multiforme pieguismo das novelas e celebridades de televisão, a vida noturna nos restaurantes, teatros e casas de diversão, públicas e clandestinas, as extravagâncias gastronômicas no recesso privado das famílias, de resto, a identificação da vida com a literatura. É certo que há milhões de brasileiros excluídos dessa contínua festividade, mas estão por demais ludibriados e batidos para constituírem, a curto prazo, uma ameaça consistente à grande maioria de seus concidadãos mais felizes. Podem eventualmente envolver-se em quebra-quebras, pilhagens de armazéns ou casas comerciais em busca de alimentos, assaltos a transeuntes e moradias, mas, como ouvi de alguém numa roda de conhecidos, apesar disso não podem fazer uma revolução.

No entanto, o acurado exame das circunstâncias prevalecentes no mundo de hoje conduz à conclusão de que o Brasil se encontra na fase terminal de sua história econômica, política e cultural, iniciada desde o seu descobrimento. Nesse longo período, o Brasil nunca deixou de ser um país colonial. Isso é particularmente correto na formulação e implementação de nossas políticas públicas. Com efeito, elas sempre foram norteadas pelo pressuposto básico de que o progresso do país depende de sua habilidade de maximizar suas vantagens imediatas na prática de trocas no âmbito do comércio externo. Aos nossos governantes sempre faltaram capacidade e/ou vontade para neutralizar a vigência do elemento político na prática de tais trocas. Assim, nossas relações econômicas externas sempre relegaram o país a uma subordinação ao poder político das

nações dominantes no mundo. As vantagens eventuais que resultaram de tais políticas públicas têm sido o preço de nossa concessão ao poder político externo de moldar o papel histórico periférico do país e de sua configuração cultural dependente.

Esse vício inerente em nossa formação se torna irrecusável quando se examinam as linhas mestras da política externa dos EUA desde os primórdios de sua existência como nação. Hamilton é, por exemplo, representativo da visão arguta dos estadistas norte-americanos, quando, em seu *Report on manufactures* (1970), expressou a determinação independentista de evitar que os EUA, através da exportação de matérias-primas para a Inglaterra, se tornassem uma peça da economia britânica. Conferindo à orientação de Hamilton o caráter de um princípio de gerência dos negócios nacionais, Frederick List, em seu livro *Outlines of American political economy* (1827), esclareceu que o objetivo da política comercial de um país em desenvolvimento não é ganhar "matéria na troca de matéria por matéria", mas "ganhar poder produtivo e político", minimizando esse tipo de troca.

Em termos de "matéria", os ganhos minguantes de nossas relações externas de troca sempre foram resultados necessários impostos pelo modo particular que assumiu a articulação do Brasil com o resto do mundo. A correção dessa desvantagem estrutural é impossível através de políticas públicas predicadas no pressuposto de que o comércio externo funciona de acordo com a lei da oferta e da procura. Isso nunca foi uma visão correta do comércio exterior nem ontem, nem hoje, e é espantoso que nossos governantes ainda se recusem a admitir essa constatação.

A politização da economia internacional é hoje assunto em pauta nos centros acadêmicos e científicos de nações dominantes. Mas em tais círculos a referida politização é interpretada como fenômeno recente, embora, na verdade, ela tenha sido em todos os tempos um componente crônico do comércio exterior. É a falta de percepção desta constante que confere à sociologia e historiografia econômica no Brasil um caráter pré-analítico. O colapso presente do industrialismo convencional originado no século XVIII na Inglaterra e daí propagado para o resto do mundo torna explícita a "captividade" de nossa sociologia e historiografia no arcabouço ideológico europocêntrico dominante nos últimos 200 anos. O bicentenário aprisionamento mental do Brasil limita os horizontes de nossa imaginação histórica e política. Este é um ponto de magna importância, pois a condição essencial para que o Brasil se reinvente é a reforma dos critérios de percepção de sua realidade interna e das suas possibilidades objetivas de modalidade de desempenho internacional jamais ao seu alcance até agora.